

Relatório sobre o Qualis Periódicos da área de Filosofia – anos 2015 e 2016.

Considerações iniciais

O presente relatório versa sobre duas classificações de periódicos da área de Filosofia. A primeira, realizada em 2016, classificou os periódicos no ano de 2015. A segunda, realizada em 2016, classificou os periódicos no ano de 2016. As duas classificações estão articuladas, visto que os parâmetros utilizados foram os mesmos – aqueles estabelecidos no Seminário de Acompanhamento da Área de Filosofia, que reuniu na Capes, em agosto de 2015, coordenadores de Programas, coordenação de área e consultores.

A Comissão dos pareceristas *ad hoc* da reclassificação dos periódicos reunida em 2016 avaliou 879 revistas, nas quais foram publicadas em 2015 ao menos uma contribuição de docentes ou discentes de PPGs reconhecidos pela CAPES. Já a Comissão dos pareceristas *ad hoc* da reclassificação dos periódicos reunida em 2017 avaliou 1113 revistas, nas quais foram publicadas em 2016 ao menos uma contribuição de docentes ou discentes de PPGs reconhecidos pela CAPES.

Constatou-se a presença de um número expressivo de periódicos não estritamente filosóficos, o que, se por um lado confirma a vocação interdisciplinar da Filosofia (que incide em áreas como Linguística e Letras, Direito, Matemática, Física, História, Educação, etc.), de outro revela dispersão de parte da produção bibliográfica da área em periódicos muito heterogêneos, e não apenas do ponto de vista disciplinar.

A distribuição das contribuições ligadas aos PPGs da Filosofia entre periódicos nacionais e internacionais não é equitativa. Apesar de concentrar-se em periódicos nacionais, ela também está presente, embora em menor número, em revistas internacionais de prestígio e tradição. Um dos fatores que explicam essa desproporção é de ordem linguística. Ao lado disso, a presente classificação revelou um fenômeno importante. Verificou-se que um grupo de aproximadamente vinte revistas nacionais concentram a divulgação da produção mais qualificada da área, o que indica haver por parte da comunidade filosófica brasileira a percepção de que há um circuito relativamente definido, embora dinâmico, de difusão das pesquisas de maior relevância na área. É um aspecto importante, sobretudo porque, nos estratos superiores, há periódicos nacionais de diversas orientações e especialidades, formando um espectro que de publicações que cobre da lógica e da filosofia analítica à estética e à crítica ensaística, passando pela história da filosofia, assim como pela ética e a filosofia política.

Essa paulatina identificação de um núcleo de periódicos nacionais de reconhecida qualidade, ao modo do que já transcorria com os periódicos internacionais, é bem vinda, em especial se associada ao cuidado de não inibir a diversidade de perfis editoriais característica da área. É aqui que os princípios norteadores da avaliação dos periódicos são importantes. Caso eles se prestem a avaliar a qualidade e relevância de diversos tipos de produção, sem impor um único modelo ou perfil editorial, a avaliação poderá fazer jus a uma produção tematicamente diversificada, que se volta para um público heterogêneo. A adoção de “critérios combinados” para a caracterização do estrato B1, ingresso nos estratos superiores, procura responder a esse desafio.

Ao lado disso, a coordenação de área assinala que periódicos candidatos a estratos superiores têm de atender de modo abrangente os parâmetros que atualmente definem uma publicação como periódico científico. Isso envolve periodicidade, não endogenia,

avaliação por pares, cuidados como resumo e palavras-chave em outras línguas, metadados, inserção em bases bibliográficas, adoção de indexadores, etc. Esses fatores não compõem um algoritmo que definiria, sem mais, a classificação dos periódicos. A natureza dos artigos e, por conseguinte, da publicação (por exemplo, se veicula majoritariamente produção discente, etc.) permanece sendo o principal fator para sua classificação nos estratos; só que sua aferição como tal está conjugada com a consideração daqueles parâmetros gerais, cujo atendimento define a envergadura de um veículo de difusão científica.

A utilização na área de um índice bibliométrico na classificação dos periódicos foi adotada pela primeira vez na reclassificação de 2016 (relativa aos periódicos do ano de 2015). O instrumento revelou não haver uma distância linear entre as revistas de filosofia nacionais e internacionais. Ou por outra, a distribuição não corresponde à existência de dois grupos nítidos de periódicos, um, o das revistas nacionais, e outro, das internacionais. Verifica-se, por exemplo, que alguns periódicos internacionais de grande prestígio possuem índice bibliométrico equivalente ou mais baixo que o de revistas nacionais pouco conhecidas fora do Brasil. Pode-se arriscar a conjectura de que, na área da Filosofia, a boa posição nos índices bibliométricos está ligada a decisões editoriais estratégicas (como, por exemplo, a inserção das revistas em bases de indexadores internacionais e a adoção do inglês como idioma regular da publicação). Essas decisões são bem vindas, desde que não se faça delas uma camisa de força que imponha um perfil editorial dentre outros como sendo o único modelo de excelência na área. Não há uma relação linear entre impacto e qualidade da publicação, assim como tampouco só existe boa filosofia em um único idioma.

Por fim, uma palavra sobre a distribuição geral dos periódicos nesta e na classificação antecedente. A distribuição por estratos é parametrizada por travas que limitam a classificação numerosa de periódicos nos estratos superiores. Tendo isso em vista, pode-se cogitar um cenário no qual periódicos disputem entre si a presença nestes estratos. Contudo, não é isso o que ocorre atualmente na Filosofia. A presente classificação apresenta porcentagens de periódicos nos estratos A1 e A2 muito inferiores à trava de 25% estabelecida pela DAV-CAPES, além de uma margem para o povoamento do estrato B1.

Modus operandi da Comissão de Reclassificação 2016 e de 2017

- 2016:

A Comissão de Reclassificação 2016 tomou como ponto de partida uma tabela excel para análise e indicação de classificação dos periódicos fornecida pela Coordenação de Área antes mesmo da divulgação da relação final dos periódicos na listagem consolidada pela DAV-CAPES. Essa relação prévia, com que se iniciaram os trabalhos, foi a mesma da reclassificação antecedente, realizada em 2015 (para os periódicos de 2013 e 2014). Partiu-se da suposição de que parte significativa desses periódicos iria reapresentar-se na tabela consolidada pela DAV-CAPES para a classificação de 2016, como de fato ocorreu. Tal antecipação permitiu à Comissão aprimorar a qualidade da avaliação, visto que a análise do material pôde ser adiantada em mais de dois meses. Quando a DAV liberou a tabela oficial de 2016, parte significativa do material já havia sido analisada, sofrendo pequenas alterações.

A avaliação foi realizada mediante a análise de cada um dos periódicos que constam na tabela final da DAV-CAPES para a Filosofia. Essa análise, de seu lado, transcorreu conforme quesitos dispostos como colunas da tabela excel. O intuito foi normalizar o

levantamento das características dos periódicos, base para sua ulterior classificação nos estratos.

A fim de caracterizar o item avaliado, a tabela colocou as seguintes perguntas aos avaliadores:

Coluna G: “trata-se de um periódico científico?”

Seguindo orientação do 165o CTC da CAPES, seguiu-se com rigor o “Estrato C” e “Não Periódicos (NP)” – cujas definições foram estabelecidas conforme diretrizes abrangentes, válidas para todas as áreas. Alguns periódicos de reconhecida qualidade não puderam ser classificados como “científicos”, embora veiculem produção filosófica relevante, como sói ocorrer com contribuições de ensaística. Ficaram, por conta disso, fora da classificação. É desejável encontrar um modo de reconhecer o valor dessas publicações.

Coluna H: “é periódico da área?”

Trata-se de saber se o periódico é prevalentemente filosófico ou não; e, em caso negativo, indicar qual a principal área de aderência (Direito, Interdisciplinar, Sociologia, Biologia, Matemática, etc).

Adotou-se como regra que periódicos de outras áreas teriam a mesma nota de sua área de origem, quando esta estivesse entre B2 e B5. Caso a nota na área de prevalência fosse nos estratos B1, A2 e A1), poderia ou não ser cancelada pela comissão da Filosofia. Visou-se com isso evitar “colonizar” os estratos superiores da Filosofia com periódicos de outras áreas.

Colunas I, J, K, L

Essas colunas concernem ao número e tipo de contribuições publicadas pelos periódicos. Há sete requisitos que operam como parâmetros do ingresso do periódico no estrato B1. Todo periódico deve atender ao menos 5 dentre eles. Um deles consiste em que o periódico possua 14 contribuições por ano (duas resenhas valem um artigo).

Em relação a traduções de artigos ou textos clássicos, não raro veiculados por periódicos nacionais, avaliou-se a natureza e a abrangência das traduções no conjunto da produção do periódico em pauta, buscando estabelecer se as traduções são ou não recorrentes; se têm por objeto textos de relevância filosófica; se são traduções de pequenos textos de autores clássicos; se são traduções de artigos muito recentes, em idiomas não latinos e de maior dificuldade de acesso, etc. Houve da parte da comissão o intuito de qualificarmos o recurso dos periódicos a traduções, partindo da constatação de que este apresenta características específicas, conforme o caso.

Coluna M: “Utiliza ou não sistema *blind review*?”

Essa pergunta define um parâmetro e uma tendência dos periódicos científicos. Note-se, porém, que há bons periódicos que trabalham com dossiês organizados por editores responsáveis pelo número, reunindo especialistas convidados. Embora não sejam a norma, esses casos não devem ser negligenciados pela avaliação.

Coluna N: “periodicidade/último número”

A Comissão partiu da convicção de que periódicos podem figurar nos estratos superiores sendo trimestrais, quadrimestrais, semestrais ou anuais. A semestralidade é a regularidade

mais comum na área; entende-se, porém, ser uma opção do(a) editor(a), não uma exigência que defina a qualidade da publicação.

A questão do “último número” é importante. Caso nenhum dos números do periódico tenha sido publicado em 2015, ele sequer irá figurar na base do Sucupira.

Coluna N: “Tempo de existência”

Esse item é decisivo para a classificação dos periódicos nos estratos superiores, visto aferir a tradição da publicação e o grau de sua consolidação.

Colunas P, Q, R:

Essas colunas definem quesitos formais mínimos, tais como difusão eletrônica, presença de metadados, etc.

Constatou-se grande número de revistas que possuem mais de um tipo de acesso *on line*. É frequente acontecer que um desses acessos esteja atualizado, enquanto outro(s), não.

Coluna S: “número de indexadores”

Através desse quesito, procurou-se avaliar o grau de internacionalização dos periódicos. Os pareceristas fizeram o registro dos indexadores em cujas bases figura o periódico, quando foi possível localizar essa informação na página do periódico. Sugere-se aos editores colocarem em evidência esse dado.

Coluna S: “% de autores não vinculados a IES da revista”

Por meio desse quesito, foi aferido o grau de endogenia e distribuição institucional das colaborações do periódico. Trata-se de um dos fatores mais relevantes para a classificação nos estratos, não por acaso enunciado recorrentemente nas últimas edições do Documento de Área da Filosofia.

Colunas U, V, W, X, Y S: para aferição de revistas nacionais.

Coluna U: “Autores estrangeiros”

Levantou-se o número de contribuições de autores sítos em instituições estrangeiras, o que é um meio (não o único) para ponderar o grau de internacionalização do periódico.

Coluna V: “Índice H”

Instrumento bibliométrico: índice H.

No 165º CTC da CAPES, ficou acordado que todas as áreas adotariam, em regime experimental, algum tipo de índice bibliométrico. Seguindo a tendência de outras áreas das Humanidades, o instrumento utilizado na filosofia foi o índice H. O índice H avalia pesquisadores individuais e periódicos. Esse instrumento compôs a avaliação juntamente com os demais fatores.

Coluna W: Classificação provisória:

Após a análise individual dos periódicos conforme o atendimento a esses quesitos, a Comissão agregou dois fatores para mensurar o reconhecimento da qualidade dos periódicos pela comunidade filosófica nacional. Esses dois instrumentos foram empregados apenas para periódicos nacionais.

Coluna X e Y:

A **coluna X** resultou da consulta aos CV-Lattes da base dos pesquisadores do CNPq em Filosofia. Levantou-se as últimas cinco publicações de cada um dos 139 pesquisadores da área. Embora limitada, a base dos pesquisadores do CNPq fornece uma amostra dos periódicos (especialmente nacionais) que estão sendo utilizados para divulgar pesquisas de relevância na área. A **coluna Y**, por sua vez, apresentou o número de indicações recebidas por cada periódico nacional da parte dos PPGs da Filosofia. A coordenação de área fez um questionário solicitando a indicação de dez periódicos considerados como relevantes pelo conjunto de professores atuando na pós-graduação brasileira.

O exame de cada um dos periódicos segundo esses quesitos produziu uma primeira fotografia da situação dos periódicos. Em seguida, os lotes foram redistribuídos para novo parecerista da mesma comissão, para novo exame, levando em conta a comparação entre eles. Essa etapa foi realizada uma vez mais. Todos os periódicos, assim, foram examinados por pelo menos três pareceristas diferentes.

- 2017:

A Comissão de pareceristas de 2017 adotou a metodologia utilizada pela classificação de 2016 e atuou em duas frentes: 1) a verificação de alterações nos quesitos mencionados que justificassem mudança da classificação antecedente do periódico; 2) o exame de novas publicações, que não constavam da base antecedente.

Conclusão

Os parâmetros que pautaram as duas classificações (2016 e 2017) integram os documentos complementares ao Documento de Área e constam na página da Filosofia. Como mencionado de início, eles foram elaborados no Seminário de Acompanhamento realizado em agosto de 2015 na CAPES, em consulta aos coordenadores de PPG e à direção da ANPOF. Adotou-se a ideia dos “critérios combinados”, manifesta na caracterização do estrato B1. Grosso modo, essa ideia implica que os periódicos têm duas vias para chegar aos estratos superiores: uma inequívoca internacionalização (mensurada por indexadores e contribuições de estrangeiros, etc) ou um grande reconhecimento de sua relevância pela comunidade filosófica brasileira. Se o periódico reunir essas duas características, será candidato natural a A1.

Integrantes da Comissão de 2016 (base para reclassificação = 2015):

André Leclerc (UFC)

Antonio Rufino Vieira (UFPB)

Antonio Valverde (PUC/SP)

Delamar Dutra (UFSC)

Edmilson Paschoal (UFPR)

Eros Carvalho (UFRGS)

Helton Adverse (UFMG)

Jorge Viesenteiner (UFES)

Juliano do Carmo (UFPeI)

Marco Aurélio Oliveira da Silva (UFBA)

Marco Rufino (UNICAMP)

Pedro Duarte de Andrade (PUC/RJ)

Vinicius de Figueiredo (UFPR/Coordenador da Área Filosofia)

Integrantes da Comissão de 2017 (base para reclassificação = 2016):

Edgar da Rocha Marques (UERJ/Coordenador Adjunto de Área)

Edmilson Pachol (UFPR)

Monique Hulshof (UNICAMP)

Gustavo Silvano Batista (UFPI)

Vinicius de Figueiredo (UFPR/Coordenador de Área)